

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA	
<i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS)	
<i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i>	
<i>Ronaldo Bordin</i>	
<i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES	
<i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA	
<i>Cassiane Chais</i>	
<i>Jaime João Bettega</i>	
<i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i>	
<i>Oberdan Teles da Silva</i>	
<i>Paula Patrícia Ganzer</i>	
<i>Pelayo Munhoz Olea</i>	
<i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
<i>Neimy Batista da Silva</i>	
<i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i>	
<i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS	
<i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES	
<i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaelle Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i>	
<i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i>	
<i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
<i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i>	
<i>Bruno da Silva Conceição</i>	
<i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG)

Sousa – PB

Palloma Maria Gomes Jácome

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Cajazeiras (FAFIC)

Cajazeiras - PB

RESUMO: O capitalismo contemporâneo, resultado do reordenamento do capital diante de sua crise estrutural a partir dos anos 70 do século XX, coloca em cena um novo redirecionamento para o papel do Estado, o que vai implicar substancialmente na conformação das políticas sociais. Estas, no Brasil, principalmente aquelas que compõem o tripé da Seguridade Social, estão sendo esvaziadas, em nome da “obediência” às imposições feitas pelas personificações do capital internacional, e pela influência social-liberal, sendo resumidas em ações pontuais e assistencialistas. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar as inflexões do capitalismo contemporâneo na política de Assistência Social, cujo aparato jurídico-normativo, a exemplo da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), apresenta fundamentos ligados às concepções liberais - vulnerabilidade, risco, empoderamento -, indo, portanto, em contradição ao caráter universal

e de direitos da proteção social baseado na garantia de direitos universais e dever do Estado. Vale destacar que toda a construção deste artigo – análise e exposição – foi balizada no método crítico-dialético, que tem como foco a busca pela superação da aparência e alcance da essência do objeto.

PALAVRAS-CHAVE:

Capitalismo contemporâneo. Estado. Assistência Social.

ABSTRACT: Contemporary capitalism, the result of the reordering of capital in the face of its structural crisis from the 1970s onwards, sets in motion a new redirection to the role of the state, which will substantially involve the shaping of social policies. These, in Brazil, especially those that make up the tripod of Social Security, are being emptied, in the name of “obedience” to the impositions made by the personifications of international capital, and by social-liberal influence, being summarized in punctual and welfare actions. In this way, this article aims to analyze the inflections of contemporary capitalism in the Social Assistance policy, whose legal-normative apparatus, like the National Social Assistance Policy (PNAS), has foundations related to liberal conceptions - vulnerability, risk, empowering - and therefore, in contradiction to the universal character and rights of social protection based on the guarantee of universal rights and the duty of the

State. It is worth mentioning that the whole construction of this article - analysis and exposition - was based on the critical-dialectic method, which focuses on the search for overcoming the appearance and scope of the essence of the object.

KEYWORDS: Contemporary capitalism. State. Social assistance.

1 | INTRODUÇÃO

O presente ensaio condensa e dá sequência algumas reflexões das autoras acerca da Política Social no bojo do capitalismo contemporâneo, articuladas ao trato dado pelos governos neoliberais brasileiros à Seguridade Social e de forma reflexiva à Política de Assistência Social, compreendida como a quem vem sofrendo consideráveis rebatimentos. Tem como perspectiva orientadora o método crítico-dialético, que permite analisar as Políticas Sociais “como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 36).

O capitalismo contemporâneo é prenhe de transformações oriundas de sua incessante busca pela recuperação das taxas de lucro, que sofreram uma queda tendencial com a crise estrutural que lhe assola desde meados de 1970. Nesse contexto, o papel do Estado será redirecionado, na medida em que, se antes ele atuara ostensivamente na reprodução da força física de trabalho através de políticas sociais públicas – como era no Welfare State -, agora ele será chamado apenas a dar os suportes “mínimos”, sem gastos para com a classe trabalhadora, através da retirada de coberturas sociais públicas e a destruição dos direitos sociais. Processo esse que trará implicações substantivas para as Políticas Sociais. Estas sofreram um processo de “pauperização” assumindo uma conotação minimalista, na medida em que são pregadas como algo que deve ser acessado via mercado e não como um direito social. Exemplo maior dessa problemática, no Brasil, é o trato que vem sendo dado ao nosso sistema de proteção social, a Seguridade Social: há um verdadeiro assalto ao orçamento desse sistema, cujo objetivo é desviar seus recursos para o capital financeiro internacional através do pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

A relevância da temática encontra-se na necessidade que temos de compreender a realidade sob ótica totalitária, em sua essência, e a teoria crítica - sob meu julgamento - é a única capaz de nos aproximar desta leitura, nos fazendo desvendar o real. Entendemos que a problemática proposta é instigante para o Serviço Social, uma vez que seus profissionais têm como maior espaço sócio-ocupacional o ambiente contraditório do Estado, o que exige “maior clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais” (BEHRING, 1998, p. 175).

2 | CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O PAPEL DO ESTADO

Chamamos de contemporânea a fase do capitalismo que se inicia na década de 70 do século XX, tendo centro de sua dinâmica o protagonismo dos monopólios, constituindo “a terceira fase do estágio imperialista”, consumando-se, nesse contexto, a “mundialização do capital”, sob bases predominantemente financeiras (NETTO & BRAZ, 2008). É o resultado de transformações ocorridas na esfera do capital a partir de uma crise estrutural que se inicia no “coração” do capitalismo - com o exaurimento dos chamados “trinta anos gloriosos” do capital ou “capitalismo democrático”, que foi balizado no modelo de organização da produção taylorista-fordista e no Keyneezianismo, que conformaram o Welfare State - e em pouco tempo atinge todo o planeta como um verdadeiro “tsunami”. Trata-se, na verdade, assim como em todas as crises que atingiram o sistema capitalista, de uma crise de “superprodução de valores de troca” (MANDEL, 1990, p. 211).

As crises capitalistas resultam da quebra do “ciclo do capital”, no qual a produção não encontra na circulação o consumo necessário para sua realização, acarretando a “superprodução”, fazendo o capitalista travar a produção. Isso é o que podemos chamar de “a pedra de toque” para o surgimento da crise capitalista, pois a produção só se realiza na circulação através do consumo, ou seja, uma vez os trabalhadores estando numa condição desfavorável para o consumo a produção não se realiza, gerando a superprodução. Foi o que ocorreu nos anos 1970.

Sofrendo esses determinantes, a crise que ora apresentamos teve como catalisadores o choque do petróleo e o colapso do ordenamento financeiro mundial, além de vetores sociopolíticos que despontavam com grande pressão por melhorias salariais e a organização da produção.

Assim, “a recessão pós 1974 põe fim ao ‘sonho’ de que a crise do capitalismo seria contornável por políticas de cunho Keyneeziano” (MANDEL, 1990), obrigando o capital a lançar mão de estratégias que propunham “a liberdade de mercado, a alteração da estrutura produtiva e a reforma do Estado, articulando e pondo em cena o neoliberalismo” (SILVA, 2011, p. 22), ancoradas no “projeto restaurador”, que se resumiu “no tríplice mote da ‘flexibilização’, (da produção, das relações de trabalho), ‘desregulamentação’ (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da ‘privatização’ (do patrimônio estatal)”, próprios do movimento da globalização (NETTO, 2010), tendo como modelo de produção o Toyotismo/flexibilização.

Esse processo trouxe drásticas consequências para o mundo do trabalho, polarizando-o, ou seja, de um lado a defesa dos trabalhadores formais para garantirem seus direitos trabalhistas e do outro aqueles que não têm nenhuma segurança no trabalho, contexto esse que desencadeou em um intenso processo de desorganização política da resistência operária e popular (BEHRING & BOSCHETTI, 2008), havendo um aprofundamento do desemprego estrutural.

Evilásio Salvador (2010) vem colocar que uma das novidades nesse novo cenário

econômico mundial é a “acentuação da esfera financeira no processo de acumulação capitalista”, cuja hipertrofia é oriunda da “desregulamentação” e “flexibilização” citadas anteriormente. Como principal financiador desse capital financeiro entra em cena a figura do Estado com todos os seus artifícios, principalmente através de parte crescente de seu produto social por meio da dívida pública – como também “nas outras formas: pela via das compras e contratos estatais, oferta e regulação do crédito, pela complexa rede de relações público-privadas” -, evidenciando “a fragilidade das teses que sustentaram, nas últimas três décadas, o discurso e a ofensiva neoliberal” (SILVA, 2011, p. 25), na medida em que ele, nessa fase do capitalismo, tem como função vital a “administração das crises”, não medindo esforços para salvaguardar os interesses do capital, munindo-se de todo um “arsenal de políticas governamentais anticíclicas” para reanimar a produção, além de desenvolver “uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para ‘integrar’ o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, ‘parceiro social’ ou ‘cidadão’” (IDEM, 2011, p.25).

Se nos anos gloriosos o Estado interveio ostensivamente no processo econômico, na medida em que atuou, pela mesma ação, na criação de políticas sociais para os trabalhadores, agora ele clamado pelas personificações do capital sob a forma de um “Estado mínimo”, sem gastos para com ela - uma verdadeira quebra de sua ação reguladora, através da retirada de coberturas sociais públicas e a destruição dos direitos sociais – e “máximo para o capital”. Esse Estado mínimo é defendido pelo capital em nome uma suposta “crise fiscal”, que fora oriunda dos intensos gastos sociais na época do “Welfare State”. Assim, defende Amorim (2010, p. 93), o “Estado desempenha um papel indispensável, uma vez que custos sociais perpassam diretamente por suas ações e não ações”.

Partindo desses pressupostos gerais que nos dão o arcabouço concreto, ou seja, o chão histórico, no qual se movimenta as políticas sociais é que traremos as tendências nas quais elas vêm desenrolando.

3 | AS POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: NOTAS ACERCA DA REALIDADE BRASILEIRA

É sabido que as políticas sociais fazem parte, intrinsecamente, do processo de produção e reprodução do capital. Assim, as reações capitalistas diante dessa crise estrutural para tentar amortecê-la, como mostramos anteriormente, vão implicar substancialmente nas mesmas. Segundo Behring (1998, p. 172), “a capacidade de cobertura de um padrão de proteção social é diretamente proporcional à condição do país de capitalismo central ou periférico”, o que vai ser determinante quanto a configuração da política social de um país para outro. Entretanto, uma coisa é homogênea quando se fala em política social no capitalismo contemporâneo: a pressão por parte das personificações do capital pela redução dos gastos sociais,

“contraditoriamente articulada ao aumento das demandas postas ao Estado não apenas pelo trabalho”, ou seja, a política social está no centro do embate econômico e político desse processo.

Assim, diante desse “novo” papel que o Estado assume, as políticas sociais ganham um lugar residual, entrando “no cenário como paternalismo, como geradora de desequilíbrio, como algo que deve ser acessado via mercado, e não como direito social” (BEHRING, 1998, p. 186), sob o argumento da escassez de recursos, colocando como necessário o corte de recursos. Dá-se início a um processo de pauperização das políticas sociais sob o trinômio: privatização (geradora de uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar), focalização (assegura acesso pobre aos comprovadamente pobres) e descentralização (aqui entendida apenas como mero repasse de responsabilidades para entes da federação ou instituições privadas).

No Brasil essa situação é ainda mais cruel tendo em vista a condição periférica do país, que convive com as imposições dos países centrais, corporificados nos organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), prestigiando uma ideologia de proteção apenas para os desprotegidos, focalizando apenas uma parte da população, aquela que se encontra abaixo da linha da pobreza, enquanto os demais procuram cobertores para se protegerem do frio e da fome nas vitrines do mercado. Essas orientações chegaram ao país através do Consenso de Washington, nos anos 1990, ainda no governo do alagoano Collor de Mello, ganhando sua real efetivação nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva, Dilma Rulfsf, e agora com Michel Temer tendo como centro de seus governos parâmetros macroeconômicos a exemplo do *superávit* primário, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), e o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, além das privatizações, a centralização da carga tributária na União, e as “taxas de juros parametradas pela *selic*”.

Assim, as políticas sociais vêm sendo esvaziadas em nome do ajuste fiscal, cujo objetivo é alimentar o *superávit* primário - através da DRU que suga recursos do orçamento fiscal e da Seguridade Social – que tem como principal objetivo manter crédito com o capital internacional, abrindo as portas do Brasil para a especulação financeira. Com isso, as políticas sociais vêm sofrendo privatizações - como é o caso da saúde, da previdência e da educação – além de transferir a responsabilidade das ações estatais para a sociedade civil, dando margem às políticas meramente emergenciais, descontinuadas, fragmentadas, restritivas, focalizadas na pobreza extrema, a exemplo da Assistência Social que, apesar de sua expansão no governo Lula, ainda não assumiu o estatuto de política pública - uma vez que vem sendo marcada por políticas focalizadas, amenizadoras dos “males sociais” causados pelo capitalismo contemporâneo. Segundo Iamamoto, vive-se “[...] o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser civil e política, erodindo a cidadania social” (IAMAMOTO, 2008, p.197).

Desta feita, compreende-se que a política social tem sofrido um redirecionamento, haja vista que o programa de ação para a revitalização do sistema tem como ponto de partida a diminuição do tamanho do Estado. Esse novo direcionamento, segundo Behring (2008), está voltado para a gestão da pobreza e não do seu combate ou erradicação, a exemplo das políticas de transferência de renda em curso no Brasil que apesar de terem um impacto objetivo na vida de quem as utilizam, andam distante de retirarem esses usuários da situação em que se encontram.

III.I. Entre o ardil e a perceptibilidade: ecletismo na política de assistência social

O agravamento das expressões da “questão social” por meio das medidas adotadas no neoliberalismo gerou demandas cada vez mais densas, em que a procura pelo acesso às políticas públicas são incompatíveis com as restrições realizadas pelo ajuste neoliberal, - que tem como estratégia e disseminação – a descentralização, a privatização e a focalização, “a ideia é a de que os gastos e os serviços sociais públicos e estatais passem a ser dirigidos exclusivamente aos pobres. Ou seja, somente aqueles comprovadamente pobres, via ‘teste de pobreza’” (SOARES, 2000, p. 102).

Na entrada nos anos 2000, de acordo com lamamoto (2008), configura-se no cenário brasileiro, o crescimento do desemprego como relativamente o maior da América Latina, o aumento na proporção dos empregados sem carteira assinada – destituída dos direitos trabalhistas, jovens que encontram dificuldades de ocupação, mulheres que registram taxa de desemprego superior a dos homens e menores salários equiparando mulheres e negros aos homens e brancos; persistência do trabalho infantil, elevada desigualdade de renda; separação e desigualdade acentuada entre urbano e rural; índices de analfabetismo; baixa escolaridade, precariedade do ensino básico; elevadas taxas de mortalidade infantil, materna, por violência e por questão de seguranças - homicídios e crimes organizados.

Esse acirramento das expressões da questão social decorre, segundo a referida autora, das medidas tomadas para sustentar os superlucros dos rentistas dos detentores de poder, que são, na verdade, expressões, manifestações da “velha questão social” sob novas roupagens. Com base na reflexão de lamamoto (2008), estes segmentos, passam a serem vistos e tratados pela sociedade como excluídos, vulneráveis e “sujeitos ao risco social”, sendo essas expressões enfrentadas pelo Estado penal e Assistencial.

A adoção destes termos, - sob influência de teorias liberais - caem como em terreno fértil na Política de Assistência Social. A proposta de risco e vulnerabilidade social na Política de Assistência Social - PNAS/2004, ganha muito mais que destaque, ganha “resolutividade” tendo como ponto de partida estes conceitos para desenvolver as ações da política junto aos usuários, expressando que a situação de pobreza e outras necessidades dos usuários deve ser provisória, transitória e de responsabilidade

pessoal, ou seja, para sair desta condição de risco e vulnerabilidade social, cabe ao indivíduo seu esforço, pois no discurso do Estado, as alternativas são oferecidas por meio das ações também da política de assistência.

Os conceitos de risco social e vulnerabilidade ganham centralidade na concepção, estruturação, execução da Política de Assistência Social, e insere-se ainda nesta discussão a “exclusão social”, que de acordo com as situações desta exclusão decorre-se como risco social e vulnerabilidade.

Alguns estudiosos afirmam que os conceitos de risco e vulnerabilidade social surgem com o acirramento do desemprego e assim, o empobrecimento da classe trabalhadora no contexto europeu, onde alguns destes até denominaram como “nova questão social” e/ou “nova pobreza”, como é o caso de Pierre Rosavallon e Robert Castel.

Para Castel (2005), o desemprego, bem como a precarização do trabalho, provoca a perda de integração na sociedade, o que leva aos riscos e a vulnerabilidade das massas, como denomina o próprio autor de “processo de desfiliação”, ou seja, compreende que a partir do agravamento da “questão social” pelo desemprego principalmente, que leva o indivíduo a não possuir seu salário, este não ocupa seu “lugar social reconhecido”.

O conceito de vulnerabilidade para o referido autor é tido a partir da crise salarial, que para ele ocasiona a instabilidade entre “integração e exclusão”; sendo assim considerada uma zona intermediária entre esses dois expoentes, ou seja, “é a vulnerabilidade que alimentam a grande marginalidade ou desfiliação” (CASTEL, 1997, p. 26) - indivíduos que estão fora das relações sociais de trabalho.

O que se percebe diante dessas concepções é a ênfase dada à tendência ao enfraquecimento ou a ruptura com os laços sociais, quando menciona “inserção relacional”, diante do desemprego e da precarização do trabalho. E manter estas zonas de vulnerabilidade, para autor, significa tanto avaliar a coesão social das massas, como garantir a “estabilidade da estrutura social” – estruturalismo.

Já para Paugam 2003, sobre a análise de Rosavallon 1998, que parte da vivência dos indivíduos no processo de exclusão social, esta ausência e/ou precarização do trabalho refuta na perda de sentido como trabalhador e assim, como membro familiar, interferindo na sua vivência familiar, nos seus vínculos familiares. Destacando desta forma, a importância desses vínculos familiares na prevenção *dos mais pobres e fragilizados em situação de desemprego*. Em que as políticas públicas fariam o papel de “integrar” a estes nos sistemas de proteção social. Denomina ainda esse público como *fragilizados* – dificuldades de inserção no trabalho, *assistidos* – dependência com os serviços sociais, desistência com o trabalho e ruptura com os vínculos sociais e *marginalizados* – recaem na miséria e na exclusão social, restado apenas os vínculos de parentescos e de solidariedade.

O estudioso francês ainda observa uma relação entre o processo de desqualificação social/profissional com os rompimentos com os vínculos comunitários e familiares, que

decorre em uma “identidade negativa” - que cada indivíduo por estas circunstâncias vai adquirindo de si e dos grupos, o que pode provocar, segundo o autor, o isolamento individual. Na compreensão do referido autor, sem vínculos empregatícios os vínculos familiares do indivíduo passam a ser também descaracterizado, o não estar vinculado ao trabalho, ao salário, as relações relacionais, o não sentir-se vinculado ao mercado, ao consumo interfere diretamente no se sentir pertencente, também vinculado às relações familiares, aos laços e vínculos familiares. Por isso, parte do desemprego e posteriormente recai na vida pessoal.

Portanto para Castel e Paugam, o enfraquecimento dos laços familiares e comunitários estaria na base do “individualismo contemporâneo”, tornando as pessoas menos protegidas e mais suscetíveis à “desfiliação”.

É neste contexto que as políticas sociais exercem um papel de destaque, onde essas concepções se aplicam, mais especificamente, à política de assistência social, em que tange em administrar a pobreza, evitando o rompimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio da proteção social. Com esta nova abordagem de proteção social a partir do risco e vulnerabilidade social, pode-se correlacionar com o Relatório emitido pelo Banco Mundial em 2000, que discutia como administrar a pobreza, isto em resposta às críticas quanto ao sistema de proteção social.

Na análise desse Relatório pode-se perceber a intenção de “reconceituar a política social como gestão de risco social”, redefinindo assim o que seria proteção social – gestão, administração, alívio da pobreza, em que transfere-se cada vez mais para o setor privado e a sociedade a responsabilidade em amenizar ou suprir esses riscos sociais, reduzindo assim o poder estatal sobre estes. Onde se pode afirmar baseado em Iamamoto (2012, p.06) que “será esse o modelo de política social que irá orientar a construção dos modelos e ações de proteção social na contemporaneidade”.

Frente às políticas sociais o social-liberalismo, enfatiza a negação do indivíduo em depender do Estado, e desta vez com mais um agravante, o Estado burguês reveste-se de um teor humanista e desenvolve discurso de que oferece condições para este “êxodo” do indivíduo, da pobreza para a ascensão desta.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) trás com o caráter protetivo da política de assistência social, quando se refere que as ações devem ser desenvolvidas num espaço territorial específico e nas relações familiares, em situações tais como: de exclusão, vulnerabilidade, risco, danos sociais, empoderamento, vínculos familiares, fortalecimento de vínculos, matricialidade familiar e comunitária, em outras palavras, para o reforço da auto-estima, autonomia, inserção social, ampliação da resiliência aos conflitos, estímulo à participação, inclusão social e conquista de cidadania(PNAS/2004).

Deste modo, pode-se observar que os fundamentos que embasam a política de assistência social – vulnerabilidade, risco, empoderamento – estão ligadas as concepções liberais, indo em contradição e com o caráter universal e de direitos da proteção social baseado na garantia de direitos universais e dever do Estado.

Sendo neste contexto, “debitada à política de assistência social o papel de intervir na perspectiva de reduzir os efeitos dos estados de carência, de pobreza que levam o indivíduo ao isolamento social ou a desfiliação” (IAMAMOTO, 2008. p.07).

O debate sobre a teoria do “Risco Social” tem como percussor o alemão Ulrich Beck na segunda metade da década de 1980, com a publicação de seu livro “Sociedade do risco: por uma outra modernidade”, em que retrata com bastante ênfase os eventos futuros como possibilidade de controle, de prevenção por parte dos indivíduos, onde ressalta a responsabilidade do indivíduo de responder por sua vida, de fazer suas próprias escolhas. Ou seja, o risco é, portanto, individual e o sujeito é o único responsável pelo dano decorrente de sua efetivação bem como por sua condição de vida.

Dessa forma, “a teoria do Risco Social articula-se a esta discussão, à medida que oferece a sustentação a uma intervenção pública voltada para as situações de exceção e para uma focalização das ações nos segmentos pauperizados da sociedade” (MARTINS, 2012, p. 90). Muitas das apreensões parcializadas do conceito de risco, vinculadas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial, foram incorporadas pelos governos, intelectuais e por trabalhadores da área social, e acabam reforçando o abandono da proteção às relações familiares e comunitárias. Reafirma-se então, a proteção do Estado como focal, pontual e mínima e negam-se as concepções de proteção e universalização firmadas no âmbito jurídico. Causando um efeito de culpabilização e responsabilização ao indivíduo de seus problemas, encarados desta forma como particulares/pessoais, assim como suas resolutividades. Nesta perspectiva, ainda segundo a autora, as leituras sobre risco social apresentam como consequência desdobramentos sérios no que tange ao encolhimento das políticas de bem-estar-social

Dentre as consideráveis reflexões que podemos extrair, torna-se relevante reafirmar que a política de Assistência Social tem sofrido verdadeiras retaliações com as transformações eminentes da mundialização do capital, exauridos da crise dos anos 70 que se alastram na contemporaneidade sobre novas infâmias.

4 | CONCLUSÃO

A nova configuração assumida pelo sistema capitalista a partir de meados dos anos 70 do século XX demandou um novo papel do Estado – agora “mínimo” – implicando uma reconfiguração das Políticas Sociais, as quais passaram a assumir outro estatuto que se encontra muito aquém do princípio da universalidade. Vive-se “[...] o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser civil e política, erodindo a cidadania social” (IAMAMOTO, 2008, p.197).

No Brasil, o maior exemplo concreto dessa dinâmica enfrentada pelas políticas

sociais é a Seguridade Social, que vem sendo esvaziada em nome do ajuste fiscal do governo federal - cujo objetivo é alimentar o *superávit* primário para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública - através da DRU, que tem como principal objetivo manter crédito com o capital internacional, abrindo as portas do Brasil para a especulação financeira, dando margem às políticas meramente emergenciais, descontinuadas, fragmentadas, restritivas, focalizadas na pobreza extrema.

Assumir a proteção social sobre estas diretrizes significa rotular, estigmatizar o sujeito como dependente, incapaz de sair de sua condição de pobreza por incapacidade, imprimindo um caráter moralizador sobre o direito. Em que os programas ofertados nesta perspectiva, acabam por ser ainda mais limitados, excludentes, favorecendo que as ações sejam apenas pontuais, focalizadas, e descontínuas.

Considerando a assistência social como esta política protetiva e a destacando quanto a sua centralidade na Seguridade Social, assumindo a condição não apenas de articuladora e mediadora de acessos para as demais políticas, mas como política estruturadora, como estratégia de inclusão, não correspondendo assim a sua função social, mas respondendo as exigências do capital que se utiliza nesta conjuntura atual da assistência social para provocar tentativas de estabilização econômica, disseminando a separação das classes sociais, promovendo a solidariedade, a harmonia social através do convívio e do fortalecimento de vínculo e imprimindo o discurso de oportunidades iguais para todos, por meio da própria política de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. A. O persistente estado de crise: nexos entre Estado, política social e cidadania no Brasil. In: BOSHETTI, I; BEHRING, E. R; SANTOS, S. M. M; MIOTO, R. C. T. (orgs). *Capitalismo em crise, Política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, E. & GENTILLI, P. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 7ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

CASTEL, R. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”**. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://WWW.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=193>.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MANDEL, E. **A Crise do Capital**. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MARTINS, A. C. **Risco Social: terminologia adequada para a proteção social e garantia de direitos**. In. *Em Pauta* – n. 29, v.10.p. 85-99. Rio de Janeiro, 2012.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da**

previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da Barbárie.** In: III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010.

PNAS. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, 2004.

SALVADOR, E. **Crise do capital e o socorro do fundo público.** In: BOSHETTI, I; BEHRING, E. R; SANTOS, S. M. M; MIOTO, R. C. T. (orgs). *Capitalismo em crise, Política social e direitos.* São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, S. S. de S. **A política social brasileira na conjuntura da crise internacional.** In: DAVI, J; MARTINIANO, C; PATRIOTA, L. (orgs). *Seguridade Social e Saúde: tendências e desafios.* Campina Grande, ADUEPB, 2011.

SOARES, L. T. Ajuste no Brasil; a entrada retardatária. In: **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

